



POVOS DO CAMPO E A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO HUMANA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL¹.

Joenia Nunes dos Prazeres²
Universidade Federal do Pará
nunesjoenia@gmail.com

Rafael Siqueira Monteiro³
epistemephilo@gmail.com

RESUMO: Este trabalho pretende fazer uma breve reflexão sobre a Educação do Campo enquanto espaço que (re) valorização de vida, colocando em relevo a luta dos movimentos sociais por uma educação emancipatória e a importância da relação educação e trabalho para os sujeitos do campo. E, frente ao atual cenário brasileiro que tem negado Políticas Públicas e usurpado Direitos Sociais, consideramos que lutar por uma educação do campo, que valorize os aspectos sócio históricos desses povos, através da relação educação e trabalho, seja uma das principais ferramentas capaz de possibilitar ao sujeito do campo ler a sua realidade, tornando-o protagonista na luta pela emancipação humana e transformação social.

Palavras-chave: Povos do campo. Emancipação. Educação e Trabalho.

INTRODUÇÃO

No espaço rural Brasileiro encontramos inúmeros desafios para a efetivação de uma educação que respeite e valorize as especificidades, diversidades e as raízes culturais dos povos do campo. Vivemos um momento histórico em que o Estado tem se mostrado desfavorável à garantia de direitos da classe trabalhadora, e os povos do campo, em particular, têm sofrido as consequências dessa negação e usurpação de direitos sociais.

Não queremos neste estudo bibliográfico abordar as últimas mudanças ocorridas no cenário político brasileiro, mas, sim, trazer algumas reflexões sobre a importância da Educação do Campo, a luta dos movimentos sociais por uma educação emancipatória e a relação educação e trabalho para mulheres e homens, sujeitos sociais do campo, como processo de emancipação humana e transformação social.

Para Fernandes, Cerioli e Caldart (2008, p. 27) a educação deve estar “[...] voltada aos interesses e ao desenvolvimento sócio cultural e econômico dos povos que habitam e trabalham no campo, atendendo as suas diferenças históricas e culturais”. Portanto, as discussões apresentadas neste trabalho tiveram como objetivo refletir sobre a educação do campo e sua relação com o trabalho, considerando os aspectos sócio, histórico e cultural dos povos do campo.

POVOS DO CAMPO: EDUCAÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO

¹ Estudo bibliográfico para aprofundamento da pesquisa sobre educação e trabalho para os povos do campo.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura-PPGEDUC da Universidade Federal do Pará-Campus de Cametá. Especialista em Educação em Direitos Humanos e Diversidade. Licenciada em Letras.

³ Especialista em Ética e Filosofia Política. Licenciado em Filosofia.



Considerando a educação como um dos processos mais amplos da formação humana, haja vista, ser aquele que perpassa por todos os setores da sociedade, pois se relaciona com as questões sociais, econômicas, políticas e culturais, reconhecemos que é através do conhecimento que a mulher e o homem libertam-se daquilo que os oprimem, excluem e o colocam à margem da sociedade. E a luta pela Educação do Campo tem contribuído com essa libertação e, também, promovido uma (re)valorização do campo como espaço de vida, de construção de saberes, de respeito pela terra.

A Educação do Campo é resultado da luta social iniciada pelos movimentos sociais na década de 1990, os quais desempenharam um papel importante na garantia das escolas no campo e, principalmente, na construção de um processo pedagógico pautado nas questões éticas, sociais e políticas (SILVA, 2006). Portanto, esse movimento de lançar olhar para a população rural possibilitou ao sujeito do campo - camponeses, indígenas e quilombolas - reconhecer-se como sujeito de direito e ter consciência de sua situação enquanto oprimido, pois, segundo Paulo Freire (2017, p. 72):

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis.

Este processo libertador por meio da educação, vinculada à existência do homem do campo, já deu passos significativos no contexto brasileiro, porém o acesso aos direitos sociais para a sobrevivência da mulher e do homem do campo não é garantido em sua totalidade. O Estado não consegue implementar políticas sociais que respondam às suas realidades sócio-histórico-cultural. Realidades essas que para Fernandes, Cerioli e Caldart (2008) deve estar integrada à educação, uma educação humanizadora que seja capaz de abrir horizontes e que contribua para a afirmação da cultura, dos valores e da identidade desses povos.

A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo, deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz (KOLLING, NÉRY E MOLINA, 1999, p.15).

Nessa perspectiva a educação do campo busca uma educação com autonomia, liberdade e interligada às raízes dos povos do campo; que valorize os seus saberes como um



dos fatores que contribuem para o desenvolvimento da sociedade. Uma educação que reconheça que a relação “educação e trabalho” não pode ser dissociada da vida do sujeito do campo. Por fim, uma educação que motive mulheres e homens do campo a serem protagonistas na luta por direitos sociais emancipatórios.

TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CAMPO

A educação concebida pelos movimentos sociais do campo é fortemente influenciada pelo pensamento marxiano e marxista, sobretudo no que tange ao ideal de formar sujeitos conscientes de sua realidade e capazes de transformá-la, tornando-a mais humana e digna. E como se trata de uma educação voltada para os povos do campo, a realidade do trabalho tornou-se um pilar fundamental e imprescindível.

A conjuntura brasileira foi um terreno fértil para as ideias marxistas. Os movimentos sociais encontraram nesses teóricos a ideologia necessária para enfrentar e combater as desigualdades sociais. O marxismo ofereceu um método, o materialismo histórico-dialético, que permitiu ler e entender os mecanismos de exploração presentes na sociedade capitalista e a partir desse conhecimento transformar radicalmente a realidade.

Como a educação é um importante instrumento de formação e conscientização, os movimentos sociais camponeses perceberam a importância de se pensar uma educação voltada para os sujeitos do campo. Uma educação que leve em conta todas as dimensões e necessidades desses sujeitos que estão culturalmente ligados à terra, ao trabalho e a toda uma rede de relações plena de significados e de vida.

Essas ideias estão no campo das utopias, mas não a utopia entendida pelos detentores do poder político-econômico para quem ela é sinônima de fantasia, do irrealizável, mas trata-se da utopia dos povos que acreditam em outro mundo mais justo. A utopia nessa perspectiva alimenta e dá forças para a caminhada histórica do homem que, mesmo em meio a um mundo desigual e injusto, insiste em caminhar e continuar sonhando que a realidade pode ser transformada.

Nessa perspectiva os movimentos sociais formularam uma educação capaz de desenvolver a força revolucionária presente nos sujeitos do campo. Isto é, apenas através de uma educação que tenha como referência a própria realidade histórico-cultural desses sujeitos se formariam homens e mulheres capazes de tomar os rumos da história em mãos.



Quando Marx formulou o princípio educativo da união trabalho e ensino, ele tinha como objetivo imediato permitir que os trabalhadores, tomados até aqui como força de trabalho, construíssem melhores condições de sobrevivência no sistema; além disso, ele pensava num modo através do qual os trabalhadores fossem dotados das possibilidades de exercer maior poder no interior dos processos produtivos por meio da posse do “saber produtivo” e geral; mas, acima de tudo, Marx vislumbrava o processo de educação desses trabalhadores na perspectiva da sua formação como sujeito social potencialmente revolucionário (SOUZA JUNIOR, p. 166).

Evidentemente, Marx pensou a relação educação e trabalho em uma sociedade que ainda não existia de fato, a sociedade comunista. Por seu lado os movimentos sociais foram obrigados a projetar uma educação dentro do sistema sócio-político-econômico vigente. E como pensar a educação do campo no contexto atual? Um contexto marcado por assassinatos de camponeses, concentração de terras, agronegócio e bancada ruralista.

Diante disso se fez necessário pensar uma educação diferenciada para os sujeitos do campo. Não se tratava somente de erguer escolas e transmitir um conteúdo formulado de cima para baixo por instituições do Estado, o que pode ser denominado educação no campo, mas uma educação enraizada no *éthos* do povo camponês, uma verdadeira educação do campo. E nessa nova maneira de pensar a educação o pensamento marxiano e marxista foi fundamental.

Pode-se dizer que a concepção de educação de Marx se orienta em dois caminhos intimamente ligados com a totalidade da obra do pensador alemão, a primeira é buscar a formação de um homem integral e a segunda é de combater o modo de produção capitalista que esfacela o homem, o desumaniza e o desfragmenta no interior da lógica do lucro e da exploração.

Marx descreve sua concepção de trabalho e educação nas Instruções aos Delegados para o I Congresso Internacional dos Trabalhadores em Genebra:

Por educação entendemos três coisas: Primeiramente: Educação mental. Segundo: Educação física, tal como é dada em escolas de ginástica e pelo exercício militar. Terceiro: Instrução tecnológica, que transmite os princípios gerais de todos os processos de produção e, simultaneamente, inicia a criança e o jovem no uso prático e manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios. Um curso gradual e progressivo de instrução mental, gímnica e tecnológica deve corresponder à classificação dos trabalhadores jovens. Os custos das escolas tecnológicas deveriam ser em parte pagos pela venda dos seus produtos. A combinação de trabalho produtivo pago, educação mental, exercício físico e instrução politécnica, elevará a classe operária bastante acima do nível das classes superior e média. É evidente que o emprego de todas as pessoas dos 9 aos 17 anos (inclusive) em trabalho noturno e em todos os ofícios nocivos à saúde tem de ser estritamente proibido por lei (MARX, 2006, p.353).



O excerto acima expressa a visão geral de Marx acerca da educação, uma educação holística e integral, na qual o cuidado com a mente, o intelecto, a saúde e a aprendizagem de um trabalho se relacionam harmonicamente. É importante salientar como a educação não é pensada pelo filósofo alemão separadamente da problemática do trabalho. Perfeitamente compreensível se se leva em conta o papel que a categoria trabalho exerce no conjunto da filosofia marxiana.

Para o pensador alemão (1980, p. 201) o trabalho é a atividade pela qual o homem torna-se verdadeiramente homem, pode-se dizer então que o trabalho tem uma dimensão ontológica. Em outras palavras, na relação que o homem mantém com a natureza por intermédio do trabalho realiza-se um processo de humanização do homem.

Portanto, a categoria trabalho não poderia estar desvinculada da concepção filosófica de educação de Karl Marx. Tal concepção permite vislumbrar uma educação ontológica, isto é, uma educação que leva em conta o ser do homem, todas suas dimensões e particularidades geográficas, culturais, humanas, produtivas e simbólicas ligadas à sua existência.

CONCLUSÃO

Conforme refletimos nesse texto a Educação do Campo é fruto das lutas dos movimentos sociais que se afirmaram ao longo dos anos. Lutas que buscavam a formação de um sujeito social capaz de atuar na formulação das políticas públicas para a população do campo. Lutas que colocaram em pauta a questão da terra como espaço de vida. Lutas que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho e a valorização dos povos do campo.

Neste trabalho, consideramos, entre outros aspectos, que o sujeito do campo tem sua existência pautada no trabalho, o qual dita o ritmo de sua vida, dando-lhe o tempo da semeadura e da colheita. É através do trabalho que o sujeito do campo tece uma profunda relação com a terra, erguendo sobre essa experiência um universo simbólico que transforma esse espaço em parte primordial da sua existência. Logo, a educação não deve estar a parte do trabalho e sim interligada a ele.

Portanto, lutar por uma educação para os povos do campo é acreditar que a relação educação e trabalho é base primordial para o processo de emancipação humana e transformação social dessas mulheres e homens que têm na terra não somente seu lugar de trabalho, mas, também, seu espaço simbólico repleto de significados e pleno de sentidos: um espaço vida.



REFERÊNCIAS

FERNANDES, Gabriel Maçano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional “Por uma Educação Básica do Campo”. In: ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Por uma educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 63.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

MARX, Karl. “Instruções aos delegados do congresso de Genebra” (1866). In: **Direitos Humanos, uma antologia: principais escritos políticos, ensaios, discursos e documentos desde a Bíblia até o presente**. Organizado por Micheline R. Ishay. Edusp, NEV\USP São Paulo, 2006.

MARX, karl, **O capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUSA JUNIOR., Justino de. **Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Irmão Israel José; MOLINA, Mônica Castagna. **Por Uma Educação Básica no Campo**. 3ª ed. Brasília. Universidade de Brasília, 1999.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz à flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. IN: MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.